

**REQUERIMENTO**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

**PERGUNTA**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

Expeça - se
Publique - se
O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

O Grupo Parlamentar do PCP tomou conhecimento da inaceitável situação com que estão confrontados os trabalhadores da SPDH/Groundforce, face ao anúncio da Administração esta segunda-feira dia 28 de que o pagamento dos salários deste mês seria efetuado por “tranches” – ou seja, não é assegurado o pagamento atempado, entrando a empresa em incumprimento para com os trabalhadores, com salários em atraso a partir desta semana. Neste momento, a empresa anuncia que a “tranche” em falta será paga até 15 de julho.

Esta situação acontece quando os trabalhadores têm vindo a ser “convocados” para fazer trabalho extraordinário, em dias de folga, para fazer face às exigências de um serviço que segundo a Administração, apresenta um «significativo aumento de atividade que estamos a ter no mês de junho (e que se prevê continuar em julho)». Entretanto, os trabalhadores continuam à espera do pagamento da anuidade, progressões da carreira, subsídio de férias, prémio, os feriados trabalhados em abril, etc.

Quando o PCP confrontou o Ministro das Infraestruturas e Habitação sobre o futuro desta empresa e dos seus trabalhadores, chamámos a atenção para a necessidade de defender este sector fundamental para a aviação civil (desde logo para a TAP, mas não só), e principalmente de rejeitar as ameaças aos trabalhadores, aos seus salários e direitos. Nesse sentido, sublinhámos a necessidade de levar a cabo a nacionalização da SPDH/Groundforce. No entanto, o Governo optou por deixar a empresa nas mãos dos mesmos interesses que até agora a dominam, fragilizando-a mais ao retirar-lhe toda a maquinaria como contrapartida para o financiamento e provocando ainda um processo de insolvência que veio agravar a instabilidade e os problemas.

A situação que está criada é insustentável e os trabalhadores não podem ser forçados a um esforço esgotante, “convocados” para trabalho extraordinário e “informados” de que têm os salários em atraso. Os trabalhadores não podem pagar 65% das contas nem alimentar 65% dos seus filhos. O que aos trabalhadores é devido tem de ser pago de imediato.

Assim, ao abrigo da alínea d) do artigo 156.º da Constituição e nos termos e para os efeitos da alínea d) do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República, questionamos o seguinte:

1. Que medidas urgentes serão tomadas pelo Governo para assegurar que os salários dos trabalhadores da SPDH/Groundforce são pagos imediatamente?
2. Que acompanhamento e que medidas o Governo levou a cabo face aos direitos e remunerações que os trabalhadores têm ainda a receber?
3. Vai o Governo manter esta “estratégia” de deixar a SPDH/Groundforce numa situação cada vez mais grave, para beneficiar outros interesses económicos – ou vai finalmente desencadear o processo de nacionalização da empresa?

Palácio de São Bento, 29 de junho de 2021

Deputado(a)s

BRUNO DIAS(PCP)